

IMPACTO DO FUNDEB NA RECEITA PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT EM 2010

Rangel Renan Ramos da Silva¹

RESUMO

Este trabalho expõe uma pesquisa realizada acerca do impacto financeira que as Transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, como fonte de Receita Pública, representa para a prefeitura do município de Cáceres, Mato Grosso-MT, no ano 2010. Conhecer a representatividade deste recurso no cofre público foi o objetivo proposto por esta pesquisa. Através de dados coletados dos órgãos públicos, possibilitou fazer uma análise quantitativa das informações. Evidenciando a magnitude da Receita do FUNDEB comparada com outras receitas correntes pertinentes ao município. O trabalho apresentou também que a falta desse recurso complicaria o resultado da arrecadação geral do município.

Palavras - chave: FUNDEB, Receita Pública, Administração Pública.

¹ Pós Graduando MBA em Auditoria Contábil Financeira pela FAPAN – Faculdade do Pantanal, Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar a importância que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, representam financeiramente para os cofres da Prefeitura Municipal de Cáceres, Mato Grosso – MT.

Embora o FUNDEB apresente várias peculiaridades, este trabalho se delimitará ao estudo desse Fundo como fonte de Receita da Administração Pública.

Para compreender melhor o tema abordado, alguns conteúdos se fazem necessários, como: Administração Pública, Receita Pública, o próprio FUNDEB e por final o encontro de teorias na realidade da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para Kohama (2000, p.31): “Administração Pública é todo o aparelho do Estado, pré-ordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”

Todo Estado politicamente organizado constitui sua Administração Pública, recebendo da mesma o suporte e condições para que haja o aparato humano, material e estrutural para o desenvolvimento de suas funções e atribuições, com a finalidade de devolver a sociedade, mediante a Administração Pública, ações que venham a beneficiar e suprir o seu anseio. O sentido da Administração Pública pode ser compreendido através da seguinte definição:

A administração pública, em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo. Em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral. Em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços públicos próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. (MEIRELLES, 1997, p.59)

Administração Pública é constituída de planejamento estratégico, operacional e tático das funções e atribuições legais, que assumem cada qual unidade das diversas áreas de responsabilidade, com objetivo voltado ao bem comum, desfragmentando as ações por ela proposta ou assumida mediante necessidade pública, com a atenção em beneficiar a população como um todo, também podendo ser executada de forma isolada, restrita ou ampla, dentro de suas atribuições.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE/MT (2007. p. 13), cita o que compete a Administração Pública:

Compete a Administração Pública, como agente do bem comum, satisfazer as necessidades coletivas mediante prestação de serviços à população. Na condição de fiel depositário e administrador de recursos captados junto à população, (...).

Administração Pública é um instrumento do Estado importantíssimo para o cumprimento de seus objetivos, que mantém suas ações com recursos da sociedade, para dar atenção à população em suas necessidades coletivas, pois sua atuação é deliberada pela organização da execução dos serviços que compreende os órgãos de Administração Direta (também conhecida como Administração Centralizada) e os da Administração Indireta (também conhecida como Administração Descentralizada).

Sendo que na execução dos serviços prestados pela Administração Direta ou Centralizada, são aqueles ligados diretamente com a presidência da república e seus ministérios, já na Administração Indireta ou Descentralizada são os executados pelas autarquias, empresas públicas, fundações públicas e sociedade de economia mista.

Administração Pública esta voltada às ações que tenha uma fundamentação e uma base a ser seguida. O Estado de uma forma geral tem seus princípios, os moldes a ser seguido para que atue de forma consistente e precisa dando a atenção necessária sem que haja imparcialidade, para que as regras traçadas sejam a compreendidas na materialidade e no ordenamento. Os princípios são extrema relevância conforme citação:

Princípio é mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no qual lhe confere a tônica e lhe da sentido harmônico. (MELLO, 2003, p.16).

Os Princípio da Administração Pública estão, explicita ou implicitamente, insculpidos na Constituição Federal (1988) através do *Caput* do Art. 37: “A Administração publica direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios obedecerá aos princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (...).”

RECEITA PÚBLICA

Receita Pública pode ser compreendida como uma soma de vários ingressos e fontes de recursos arrecadados para atender às despesas públicas, segundo Harada(2005, p.58) que diz: “É o ingresso de dinheiro aos cofres do Estado para atendimento de suas finalidades.”, e para Silva (2008, p. 27): “denomina como receita pública os valores ou numerários ingressos aos cofres do Estado, com a finalidade de atender, único exclusivamente a sociedade em suas necessidades coletivas.”. Kohama (2000, p.85) ainda contribui da seguinte maneira:

Todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerários ou outros bens representativos de valores – que o Governo tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos e quaisquer outros títulos de que derivem a favor do Estado –, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem.

A Receita Pública é classificada em seis níveis de desdobramento, sendo: Categoria, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea e Subalínea. A Receita ainda se divide em duas categorias econômicas: Receita Corrente e Receita de Capital. A Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que instituiu normas de Direito Financeiro, em seu Art. 11, classifica as categorias econômicas da seguinte forma:

Art. 11. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receita Corrente e Receita de Capital.

§ 1º. São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

§ 2º. São Receitas de Capital as provenientes de realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinado a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

Harada ressalta o diferencial da Receita Corrente quanto ao poder de imposição e de exploração do Estado, pois diz:

Receita Corrente abarcam o poder impositivo do Estado (tributos em geral), bem como aquelas decorrentes da exploração de seu patrimônio e as resultantes de exploração de atividades econômicas (comercio, indústria, agropecuária e serviços), (...). (2005, p.61)

Harada também esclarece que a Receita de Capital além de financiar as Despesas de Capital, atende o orçamento através do superávit corrente, e cita:

As receitas de capital, por sua vez, compreendem: as provenientes de realização de recurso financeiros oriundos de constituição de dívidas; as oriundas de conversão de espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender a despesa de capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente. (2005, p.61)

Todas as citações acima, dizem a respeito das Receitas Públicas Orçamentárias, mas ainda há as Receitas Extra-orçamentárias, que são as receitas que por força de lei são egressas nos cofres públicos, porém, esses recursos não pertencem ao Estado, e se torna uma obrigação, cujo pagamento independe do legislativo, segundo Kohama:

A Receita Extra-orçamentária, segundo grupo da receita pública, compreende aos recolhimentos feitos que constituirão compromissos exigíveis, cujo o pagamento independe de autorização orçamentária e, portanto, independe de autorização legislativa. Por conseguinte, o Estado é obrigado a arrecadar valores que, em princípio, não lhe pertencem. (2000, p.91)

Enfim, essas foram algumas peculiaridades da Receita Pública que se aplica nas diversas esferas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

FUNDOS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB: LEGISLAÇÃO, COMPOSIÇÃO, CONTABILIZAÇÃO E FINALIDADE.

Criado através da Emenda Constitucional nº 53, em 6 de dezembro de 2006, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi regulamentado pelo Decreto nº 6.253/2007 e pela Medida

Provisória nº 339/2006, a qual foi convertida na Lei nº 11.494, em 20 de junho de 2007, que nos diz:

Art. 1º É instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil, nos termos do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Parágrafo único. A instituição dos Fundos previstos no caput deste artigo e a aplicação de seus recursos não isentam os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da obrigatoriedade da aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino, na forma prevista no art. 212 da Constituição Federal e no inciso VI do caput e parágrafo único do art. 10 e no inciso I do caput do art. 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (...).

O FUNDEB refere-se a um fundo de natureza contábil, não tendo personalidade jurídica própria, e passou a substituir o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, previsto na Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e instituído pela Lei nº 9.424 de 1996.

A característica do FUNDEB é a redistribuição de recursos financeiros vinculados a área da educação, para todo o país considerando o número de alunos matriculados.

Outro propósito importante que o FUNDEB traça é as mudanças quanto às fontes financeiras que o compõem, e também o percentual a ser aplicado pelos entes federativos.

As modificações proposta para o Fundo visa atender a Educação Infantil, Ensino Fundamental e também a Educação de Jovens e Adultos.

O FUNDEB tem outras características como: controle social, aplicação dos recursos, percentuais a serem obedecido, entre outros. Porém, o foco deste estudo analisará a parte do FUNDEB como fonte de Receita Pública.

O Fundo segue em plena atividade e aplicabilidade, pois desde 1º de janeiro de 2007 entrou em vigor, estará vigendo por quatorze anos, até final de 2020, conforme os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, no Art. 60:

Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação (...).

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil;

II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (CF, 1988)

A sua implantação será gradativa, sendo três anos até chegar a sua plena execução, de atingir o patamar de 20% das receitas que o compõem, abaixo elenca os impostos de sua formação bem como progressão:

Tabela 01 - Implantação Financeira e Progressão do FUNDEB.

Fonte de Receita	2007	2008	2009	Até 2020
Fundo de Participação dos Municípios – FPM	16,66%	18,33%	20%	
Fundo de Participação dos Estados – FPE	16,66%	18,33%	20%	
Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações– IPIexp	16,66%	18,33%	20%	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	16,66%	18,33%	20%	
LC 87/96 (Desoneração das Exportações).	16,66%	18,33%	20%	
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD	6,66%	13,33%	20%	
Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural-ITR devida aos municípios	6,66%	13,33%	20%	
Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	6,66%	13,33%	20%	
Complemento União	R\$ 2 bilhões	R\$ 3 bilhões	R\$ 5 bilhões	10% da contribuição de estados e municípios

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa com base em dados do Ministério da Educação - MEC

Composto através de recursos provenientes do governo federal, estadual e municipal, o Fundo não é de propriedade específica de nenhum ente particular. A distribuição deste

recurso ocorre de forma automática e periódica, sem a necessidade de convênios ou outro tipo de instrumento para esta finalidade.

O Tesouro Nacional e os órgãos fazendários dos governos estaduais disponibilizam os recursos a instituição financeira oficial, que deposita os créditos nas referidas contas dos fundos, tendo como base o número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas.

Os dados dos alunos matriculados são levantados através Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando os alunos elencados pelo art. 211 da Constituição da República (1988):

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

Cabe ressaltar que tais recursos, enquanto não estiverem sendo gastos em prol da educação, devem ser aplicados em rendimentos financeiros, ou podendo ser utilizados em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, sendo que as receitas provenientes dessas operações deverão ser despendidas na educação básica pública, conforme estabelece o art. 20, da Lei 11.494/2007.

Jund (2008, p. 366) ainda nos diz que:

É proibida utilização dos recursos do Fundo como garantia de operações de crédito internas e externas contraídas pelos governos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. É admitida sua utilização como contrapartida em operações que se

destinem, exclusivamente, ao financiamento de projetos e programas do Ensino Fundamental.

Os recursos do Fundo não são em parcelas fixas, pois os créditos repassados têm variações tanto de datas como de valor, pelo fato dos impostos terem sua cronologia de arrecadação própria, e quanto ao valor, o motivo é o cenário econômico ter suas alterações conforme o mercado financeiro.

A responsabilidade da movimentação destes recursos quanto aplicação financeira, programação, pagamentos, enfim, a gestão em geral é de competência do chefe do Poder Executivo, Secretário de Educação ou equivalente, segundo o Título VII da Lei 9.394 (1996).

A contabilização do FUNDEB rege pelos princípios próprios da Ciência Contábil, embora o Fundo não tenha personalidade jurídica própria, as suas receitas e despesas deverão estar prevista no orçamento, e os atos e fatos contabilizados de formas específicas através de registros analíticos. Contabilmente, se desdobra da seguinte maneira: Categoria de Receita Corrente, Origem é a Transferência Corrente, Espécie de Transferência Intergovernamental, a Rubrica Transferências Multigovernamentais e Alínea é o FUNDEB.

A Portaria de nº 48, de 31 de janeiro de 2007, da Secretaria do Tesouro Nacional, visando atender a necessidade de padronizar os procedimentos financeiros e contábeis nos três níveis de governos, e compatibilizar com a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, adotou vários procedimentos, em que os recursos do Fundo deverão estar registrados no código de receita “1724.01.00 - Transferência de Recursos do FUNDEB”. Os valores percentuais da arrecadação das receitas e também aqueles que serão retidos automaticamente das transferências, destinados ao FUNDEB, serão registrados em conta contábil retificadora da receita orçamentária, que será criada especificamente para este fim, cujo código será o mesmo da classificação orçamentária, sendo o primeiro dígito substituído pelo número “9”. Já a proposta orçamentária, demonstrará classificação própria da receita tanto da previsão bruta quanto das deduções para sua formação, porém a despesa a ser fixada será representada apenas com base no valor líquido da receita prevista.

ANÁLISE DA RECEITA DO FUNDEB NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

O município de Cáceres se encontra a 220 km, sentido oeste, de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso – MT., na Região Centro Oeste da República Federativa do Brasil fronteira com a Bolívia, fundada em 6 de outubro de 1778, pelo tenente de Dragões Antônio Pinto Rego e Carvalho, por determinação do quarto governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. O município hoje tem quase 233 anos, conta com aproximadamente 87 mil habitantes, possui três biomas (Cerrado, Pantanal e Amazônia), e é banhada pelo principal rio do Pantanal, Rio Paraguai.

A base da economia local é variada, formada por fazendas, comércios, prestadores de serviços, entre outros.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2010), quando comparado os setores econômicos para formação do Produto Interno Bruto a Indústria representa 12%, Agropecuária 20% e as Prestações de Serviço 68% na formação do PIB do município de Cáceres.

A Prefeitura Municipal de Cáceres é quem administra os recursos públicos do município, como ente federativo e de competência do executivo.

Segundo o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para 2010, a Prefeitura Municipal de Cáceres orçou sua Receita em R\$ 115.691.150,00, porém sua Receita Realizada (valor arrecadado) foi apenas R\$ 81.456.047,00, tendo um Déficit de Arrecadação – é quando a receita realizada foi menor que a receita prevista – de R\$ 34.235.103,00, aproximadamente uns 30% negativo.

Embora o foco da pesquisa seja a Receita Pública Realizada ou Arrecadada, em específico o Recurso do FUNDEB (Receita Pública Corrente), cabe complementar que o Orçamento é base para execução tanto da Receita como da Despesa na Administração Pública, conhecido também como Peça de Planejamento.

Enfim, através dos dados fornecidos pelo TCE/MT, e analisando a parte arrecadada, o quadro abaixo detalha a composição da Receita Pública do município:

Quadro 01- Detalhamento da Arrecadação Pública do Município de Cáceres-MT em 2010.

Receita Corrente	R\$ 85.954.801,76
Receita de Capital	R\$ 2.442.885,78
Deduções (-) ²	R\$ 6.941.640,54
Total da Arrecadação	R\$ 81.456.047,00

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa com base em dados do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT.

Os recursos do FUNDEB estão englobados na Receita Corrente de R\$ 85.954.801,76. O TCE/MT também detalha que no código 1.7.24.01.00, referente às Transferências de Recursos do FUNDEB, também citado anteriormente, que o município recebeu R\$ 18.865.446,06.

Então, dos R\$ 85.954.801,76 de Receita Corrente, R\$ 18.865.446,06 são recursos provenientes do FUNDEB.

Visando fazer um comparativo real das demais Receitas Correntes com os recursos do FUNDEB, adotaremos a metodologia de subtrair os valores das Deduções das demais Receitas Correntes. Haja vista os valores das Deduções já foram lançados em sua totalidade nas rubricas dos impostos devidos. Visando obter o valor real das Receitas Correntes, será separado o FUNDEB das demais Receitas Correntes e as Deduções. O quadro abaixo demonstrará a memória de cálculo para se chegar ao valor real esperado.

Quadro 02- Detalhamento das Receitas Correntes menos as Deduções na Arrecadação do Município de Cáceres-MT em 2010.

I- Transferências de Recursos FUNDEB	R\$ 18.865.446,06
II- Demais Receitas Correntes	R\$ 67.089.355,70

² As Deduções estão previstas na Portaria de nº 48, de 1 de fevereiro de 2007, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, pois se refere a porcentagem retida dos impostos que compõe o FUNDEB.

III- Deduções da Receita Corrente ³	R\$ 6.941.640,54
IV – Real Valor das Demais Receitas Correntes (II-III)	R\$ 60.147.715,16

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa com base em dados do Quadro 01.

Com base nos dados acima, agora pode ser feita o então comparativo das Receitas Públicas, para se apurar a proporção dos recursos do FUNDEB representam financeiramente para o município de Cáceres. Podendo ser demonstrado da seguinte forma:

Quadro 03 - Proporção financeira que o FUNDEB representa para o Município de Cáceres-MT em 2010.

CLASSIFICAÇÃO	VALORES	PORCENTAGEM
I- Transferências de Recursos FUNDEB	R\$ 18.865.446,06	23,87 %
II- Real Valor das Demais Receitas Correntes	R\$ 60.147.715,16	76,13 %
III- Receitas Correntes (I+II)	R\$ 79.013.161,22	100 %
IV- Receita de Capital	R\$ 2.442.885,78	
V - Total da Arrecadação (III+IV)	R\$ 81.456.047,00	

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa com base em dados do Quadro 01 e Quadro 02.

Enfim, após os devidos comparativos, conforme o Quadro 03 ficou constatado que os Recursos do FUNDEB representam 23,87% da Receita Corrente da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.

Nesta proporção, o seu impacto no cofre público do município é positivo. Conforme já citado acima, o município sofreu com Déficit Orçamentário em 2010, e a falta de um recurso desta magnitude prejudicaria ainda mais o resultado das Receitas Arrecadadas.

³ Embora o pacote de impostos que compõe os recursos do FUNDEB são Receitas Correntes e que apenas as porcentagens retidas vão para as “Deduções do Fundeb”, no Quadro 02, já houve a separação dos Recursos do FUNDEB das outras Receitas Correntes, por motivos metodológicos para se distinguir o valor de cada qual, é que se faz necessário a subtração entre as Demais Receitas Correntes (Receitas Correntes – Recursos do FUNDEB) e as Deduções, para que não haja duplicidade no resultado das receitas, que é o Real Valor das Demais Receitas Correntes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Administração Pública da Prefeitura de Cáceres é quem faz a gestão dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

As Transferências dos Recursos do FUNDEB (código 1.7.24.01.00), financeiramente tem suas peculiaridades nos cofres da entidade, compondo com outros recursos o que se chama de Receitas Públicas.

Representando 23,87% das Receitas Correntes da prefeitura, as Transferências de Recursos do FUNDEB reforçam a arrecadação.

E, portanto, ausência deste recurso geraria financeiramente impactos negativos para o município de Cáceres-MT.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, Emenda constitucional nº 53, em 6 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRASIL, Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRASIL, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2.000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para área de responsabilidade da gestão fiscal. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRASIL, Lei nº 11.494, em 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRASIL, Lei nº 9.424, de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRASIL, Decreto nº 6.253, de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRASIL, Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006. Regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRASIL, Portaria STN nº 48, de 1 de fevereiro de 2007. Divulga padronização dos procedimentos financeiros e contábeis do FUNDEB. **Diário Oficial da União**. Brasília, 01 fev. 2007. p.53.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **FUNDEB: Manual de Orientação**. Brasília: MEC/FNDE, 2009.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. on-line. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>> Acesso em: 20 fev. 2011.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. on-line. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 fev. 2011.

JUND, Sergio. **Administração, orçamento e contabilidade pública**. 3º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e pratica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MATO GROSSO, Tribunal de Contas do Estado. **Transparência na Administração Pública: a serviço da cidadania**. TCE/MT. Cuiabá, 2007.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

PERNAMBUCO. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. **Cartilha do FUNDEB:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Principais Mudanças em Relação ao FUNDEF. Recife: 2007.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. **Operações do FUNDEB.** Rio de Janeiro: 2008.

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. on-line. Disponível em:
<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>> Acesso em: 20 fev. 2011.

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. on-line. Disponível em:
<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>> Acesso em: 20 fev. 2011.

SILVA, Rangel Renan Ramos da. **Impacto dos Programas e Convênios na Receita Pública do Município de Cáceres/MT – 2008/1.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2008.

TCE/MT, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. on-line. Disponível em:
<<http://www.tce.mt.gov.br>> Acesso em: 20 fev. 2011.